

**CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE**

**CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO PARA CONTRATAÇÃO DE  
ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO NA DEFENSORIA  
PÚBLICA DA UNIÃO EM MONTES CLAROS/MG**

**CADERNO DE PROVAS**

1. Você está recebendo o CADERNO DE PROVAS com 60 (sessenta) questões objetivas e 01 (uma) questão discursiva.
2. O tempo de duração da prova será de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas e a transcrição da prova subjetiva.
3. O candidato deverá transcrever suas respostas do caderno de provas para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a sua correção. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Provas. Use caneta esferográfica azul ou preta.
4. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato. Não deverá ser feita nenhuma marca no Cartão de Respostas fora do campo reservado às respostas.
5. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido 1 (uma) hora do seu início. Somente será autorizado o candidato levar consigo o caderno de provas 01 (uma) hora antes de seu término.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará na anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. Os gabaritos provisórios serão divulgados no *site* do CIEE/MG ([www.cieemg.org.br](http://www.cieemg.org.br)) no dia 09/10/2017.
9. Serão admitidos recursos quanto ao gabarito provisório, que deverão ser interpostos por meio de formulário eletrônico a ser obtido no *website* do CIEE/MG até às 23h:59min do dia 10/10/2017, que deverá ser preenchido e enviado para o *e-mail* [concursodpu@cieemg.org.br](mailto:concursodpu@cieemg.org.br).
10. O resultado preliminar das provas discursivas será publicado no portal do CIEE/MG no dia 30/10/2017.
11. Os candidatos que desejem recorrer do resultado preliminar das provas discursivas deverão fazê-lo até às 23h:59min do dia 31/10/2017, por meio do formulário eletrônico a ser obtido no *site* do CIEE/MG, que deverá ser preenchido e enviado para o *e-mail* [concursodpu@cieemg.org.br](mailto:concursodpu@cieemg.org.br).
12. O resultado final do concurso de estágio, após a correção final dos recursos interpostos, será publicado no dia 10/11/2017, no *site* do CIEE/MG ([www.cieemg.org.br](http://www.cieemg.org.br)).

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que se segue, acerca dos direitos e garantias fundamentais, da nacionalidade e dos direitos políticos.

O direito fundamental à vida também se manifesta por meio da garantia de condições para uma existência digna.

CERTO       ERRADO

2. Acerca dos remédios constitucionais, julgue o próximo item.

São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e a autodeterminação dos povos.

CERTO       ERRADO

3. O remédio constitucional que representa, no plano institucional, a mais expressiva reação jurídica do Estado às instituições que lesem, efetiva ou potencialmente, os direitos de conhecimento de informações relativas à pessoa interessada constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como de retificação de dados e complementação de registros existentes, é o mandado de injunção.

CERTO       ERRADO

4. Compete à defensoria pública a defesa, de forma integral e gratuita, dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, bem como a promoção da ação penal pública nas hipóteses de crimes praticados contra os hipossuficientes.

CERTO       ERRADO

5. A União ajuizou ação contra réu patrocinado pela Defensoria Pública. Na sentença, o juiz acolheu parecer do Ministério Público, que se manifestou no feito como fiscal da lei.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Na situação em apreço, a ação discute, necessariamente, direitos individuais, visto que é vedado à Defensoria Pública atuar em demandas que versem a respeito de direitos coletivos.

CERTO       ERRADO

6. Acerca das disposições constitucionais sobre a ordem social, julgue o item seguinte.

O dever do Estado de prestar assistência social a quem dela necessite independe da comprovação de contribuição à seguridade social.

CERTO       ERRADO

7. Segundo o STF, não fere o princípio da presunção de inocência o fato de não possuírem efeito suspensivo os recursos aos tribunais superiores, podendo haver a execução provisória da pena, no âmbito criminal, logo após o esgotamento das instâncias ordinárias.

CERTO       ERRADO

8. O Conselho Nacional de Justiça é um dos órgãos do Poder Judiciário.

CERTO       ERRADO

9. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

CERTO       ERRADO

10. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

CERTO       ERRADO

## DIREITO CIVIL

11. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.

CERTO       ERRADO

12. O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se mais valiosa.

CERTO       ERRADO

13. São consumíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

CERTO       ERRADO

14. O pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.

CERTO       ERRADO

15. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes, o cônjuge e os colaterais.

CERTO       ERRADO

16. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

CERTO       ERRADO

## PROCESSO CIVIL

17. Em regra, o juiz não proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, podendo fazê-lo, contudo, em se tratando de tutela provisória de urgência.

CERTO       ERRADO

18. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda

que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

CERTO       ERRADO

19. O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital, mas não ao citado com hora certa.

CERTO       ERRADO

20. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças

CERTO       ERRADO

21. Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural

CERTO       ERRADO

22. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, e o prazo tem início com a intimação pessoal do defensor público, a qual será feita por carga, remessa ou meio eletrônico

CERTO       ERRADO

23. Independentemente de ser ele processual ou não, na contagem de prazo em dias, computar-se-ão somente os dias úteis.

CERTO       ERRADO

24. O valor da causa, em se tratando das prestações vincendas, será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado ou por tempo superior a 1 (um) ano, e, se por tempo inferior, será igual à soma das prestações.

CERTO       ERRADO

25. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, sendo prescindível a demonstração da probabilidade do direito.

CERTO       ERRADO

26. O pedido deve ser certo e determinado, sendo que sua interpretação considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão

CERTO       ERRADO

### **DIREITO PENAL**

27. No direito penal, o princípio da insignificância, segundo o entendimento do STF, pressupõe apenas três requisitos para a sua configuração: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social e reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.

CERTO       ERRADO

28. Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.

CERTO       ERRADO

29. A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal.

CERTO       ERRADO

30. De acordo com o STF, é possível o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, sem a necessidade de se perquirir a habitualidade, reiteração do uso do bem para tal finalidade, a sua modificação para dificultar a descoberta do local do acondicionamento da droga ou qualquer outro requisito além daqueles previstos expressamente no art. 243, parágrafo único, da Constituição Federal.

CERTO       ERRADO

31. Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos praticou o crime de sonegação previdenciária, mas, antes do início da ação fiscal, confessou o crime e declarou espontaneamente os corretos valores

devidos, bem como prestou as devidas informações à previdência social. Nessa situação, a atitude de Carlos ensejará a extinção da punibilidade, independentemente do pagamento dos débitos previdenciários.

CERTO       ERRADO

32. Em consonância ao recente entendimento do STJ sobre o tema tráfico de drogas, pode-se afirmar que a simples condição de “mula” não induz automaticamente à conclusão de que o agente integre organização criminosa, sendo imprescindível, para tanto, prova inequívoca do seu envolvimento estável e permanente com o grupo criminoso. Portanto, a exclusão da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 somente se justifica quando indicados expressamente os fatos concretos que comprovem que a “mula” integra a organização criminosa.

CERTO       ERRADO

33. Quanto às causas de aumento da pena, é correto afirmar que a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é posterior à cessação da continuidade ou da permanência.

CERTO       ERRADO

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

34. A nulidade no processo penal pode ser definida como um defeito jurídico que torna inválido ou destituído de valor jurídico um ato ou o processo. Nesse sentido, de acordo com entendimento do STF, serão nulas as provas obtidas por meio de interceptação telefônica, quando não for demonstrado o esgotamento de outros meios de investigação.

CERTO       ERRADO

35. Compete à Justiça Federal (e não à Justiça Estadual) processar e julgar o crime caracterizado pela omissão de

anotação de vínculo empregatício na CTPS (art. 297, § 4º, do CP).

CERTO       ERRADO

36. Considerando os princípios que norteiam o interrogatório do acusado e os requisitos para a realização desse ato, pode se dizer que o exercício do direito ao silêncio não gera presunção de culpabilidade para o acusado, tampouco pode ser interpretado em prejuízo da defesa.

CERTO       ERRADO

37. Sobre os institutos jurídicos da *mutatio libelli* e *emendatio libelli*, é correto afirmar que o princípio da congruência não permite que o juiz atribua definição jurídica distinta daquela descrita na denúncia quando a nova tipificação prever pena mais severa.

CERTO       ERRADO

38. O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

CERTO       ERRADO

39. O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando for manifestamente inepta a denúncia

CERTO       ERRADO

40. Quanto ao processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias

CERTO       ERRADO

41. Segundo o Pacto de São José da Costa Rica, ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de

obrigação alimentar e relacionados ao depositário infiel.

CERTO       ERRADO

42. De acordo com entendimento do STF, é inconstitucional a citação com hora certa no âmbito do processo penal

CERTO       ERRADO

43. A não observância da intimação pessoal da Defensoria Pública deve ser impugnada imediatamente, na primeira oportunidade processual, sob pena de preclusão.

CERTO       ERRADO

44. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

CERTO       ERRADO

#### **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

45. Os valores previdenciários não recebidos pelo segurado em vida, mesmo que reconhecidos apenas judicialmente, devem ser pagos, prioritariamente, aos dependentes habilitados à pensão por morte, para só então, na falta destes, serem pagos aos demais sucessores na forma da lei civil.

CERTO       ERRADO

46. De acordo com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.

CERTO       ERRADO



47. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

CERTO       ERRADO

48. A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rural, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.

CERTO       ERRADO

49. O segurado que se aposentar pelo regime geral de previdência social (RGPS) e que continuar trabalhando vinculado a esse mesmo regime de previdência fará jus ao recebimento do auxílio-doença caso se torne incapacitado temporariamente para o trabalho.

CERTO       ERRADO

50. Entende-se como companheiro ou companheira para efeito de proteção previdenciária a pessoa com quem o segurado mantém união estável por período superior a cinco anos, independentemente da existência de prole em comum.

CERTO       ERRADO

51. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a partir do trigésimo dia de seu afastamento da atividade laboral.

CERTO       ERRADO

52. Nos termos da lei 8.213/91, são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou

deficiência grave; os pais; o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

CERTO       ERRADO

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

53. No cálculo do valor de determinada taxa, pode haver elementos da base de cálculo de algum imposto, desde que não haja total identidade entre uma base e outra

CERTO       ERRADO

54. Segundo a Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/90) o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora. Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos, decisão a partir da qual correrá a prescrição intercorrente.

CERTO       ERRADO

55. Segundo a Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/90) o executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, não sendo admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.

CERTO       ERRADO

## **DIREITOS HUMANOS**

56. Os tratados e convenções internacionais em geral que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

CERTO       ERRADO

57. A audiência de custódia é prevista na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que ficou conhecida como "Pacto de San Jose da Costa Rica", promulgada no Brasil pelo Decreto 678/92.

O seu artigo 7º, item 5 prevê que *Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais.* Na visão do STF, a Convenção Americana de Direitos Humanos é norma jurídica no Brasil, hierarquicamente acima de qualquer lei ordinária ou complementar, só estando abaixo, portanto, das normas constitucionais

CERTO       ERRADO

58. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

CERTO       ERRADO

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

59. É inadmissível a responsabilidade objetiva na aplicação da Lei n. 8.429/1992, exigindo-se a presença de dolo nos casos dos arts. 9º e 11 (que coíbem o enriquecimento ilícito e o atentado aos princípios administrativos, respectivamente) e ao menos de culpa nos termos do art. 10, que censura os atos de improbidade por dano ao Erário.

CERTO       ERRADO

60. Segundo recente decisão do Supremo Tribunal Federal, é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

CERTO       ERRADO

---

## PROVA DISCURSIVA

Utilize o espaço abaixo para rascunho, em seguida, transcreva o texto para a folha de TEXTO DEFINITIVO. Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de trinta linhas será desconsiderado. Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO: Elabore um texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas, sobre o tema “**Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais**”.

	FOLHA DE RASCUNHO
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	